

Renato Marcão

Membro do Ministério Público do Estado de São Paulo. Doutorando em Ciências Jurídico-Criminais pela Universidade de Coimbra. Mestre em Direito Penal, Político e Econômico.

Professor convidado no curso de pós-graduação em Ciências Criminais da Estácio/CERS; e em cursos de pós-graduação promovidos por diversas Escolas Superiores do Ministério Público e da Magistratura Nacional.

Membro da *Association Internationale de Droit Pénal* (AIDP), do Instituto Brasileiro de Ciências Criminais (IBCCrim), do Instituto de Ciências Penais (ICP) e do Instituto Brasileiro de Execução Penal (IBEP).

E-mail: rmarcao@terra.com.br

CURSO DE PROCESSO PENAL

5ª edição

Revista, ampliada e atualizada de acordo com as
Leis n. 13.603 e 13.608, de 2018

2019

ISBN 978-85-53604-90-6

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
ANGÉLICA ILACQUA CRB-8/7057Av. das Nações Unidas, 7.221, 12º andar, Setor B
Pinheiros – São Paulo – SP – CEP 05425-902**SAC**

0800-0117875

De 2ª a 6ª, das 8h às 18h

www.editorasaraiva.com.br/contato

Marcão, Renato

Curso de processo penal / Renato Marcão. – 5. ed. –
São Paulo : Saraiva Educação, 2019.

1. Processo penal. 2. Processo penal - Brasil. I. Título.

18-1515

CDU 343.1

Índice para catálogo sistemático:

1. Processo penal : Direito penal 343.1

Direção executiva Flávia Alves Bravin
Direção editorial Renata Pascual Müller
Gerência editorial Roberto Navarro

Consultoria acadêmica Murilo Anieli Dias dos Santos

Edição Eveline Gonçalves Denardi (coord.)
Aline Darcy Flôr de Souza

Produção editorial Ana Cristina Garcia (coord.)
Carolina Mihoko Massanhi
Rosana Peroni Fazolari

Arte e digital Mônica Landi (coord.)
Claudirene de Moura Santos Silva
Fernanda Matajs
Guilherme H. M. Salvador
Tiago Dela Rosa
Verônica Pivisan Reis

Planejamento e processos Clarissa Boraschi Maria (coord.)
Juliana Bojczuk Ferrino
Kelli Priscila Pinto
Marília Cordeiro
Fernando Penteado
Mônica Gonçalves Dias
Tatiana dos Santos Romão

Novos projetos Fernando Alves

Diagramação SBNigri Artes e Textos

Revisão Carmen Becker

Produção gráfica Marli Rampim
Sergio Luiz Pereira Lopes

Impressão e acabamento Edições Loyola

Data de fechamento da edição: 26-10-2018

Dúvidas? Acesse www.editorasaraiva.com.br/direito

Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida por qualquer meio ou forma sem a prévia autorização da Editora Saraiva. A violação dos direitos autorais é crime estabelecido na Lei n. 9.610/98 e punido pelo art. 184 do Código Penal.

CL 605370 CAE 630786

SUMÁRIO

<i>Apresentação da 5ª edição</i>	45
<i>Apresentação da 4ª edição</i>	47
<i>Apresentação da 3ª edição</i>	49
<i>Apresentação da 1ª edição</i>	51

CAPÍTULO 1 INTRODUÇÃO

1. Conceito de Direito	53
2. Origem e Missão do Direito Penal	54
3. Breve Desenvolvimento Histórico da Pena Criminal.....	55
4. Necessidade de Regras Procedimentais Democráticas	57
5. Direito de Punir	58
6. Jurisdição	59
7. Processo.....	60
8. Procedimento	61
9. Atos Processuais	61
10. Relação Jurídica Processual.....	62
11. Direito Processual Penal.....	62
12. Finalidades do Processo Penal.....	63
13. Princípios do Processo Penal	64
13.1. Princípio da dignidade da pessoa humana	65
13.2. Princípio da legalidade	66
13.3. Princípio do devido processo legal	67
13.4. Princípio da oficialidade	68
13.5. Princípio do juiz natural	68
13.6. Princípio do promotor natural	69

13.7. Princípios da obrigatoriedade, indisponibilidade, oportunidade ou conveniência e disponibilidade	70
13.8. Princípio da publicidade.....	72
13.9. Princípio acusatório e princípio da iniciativa das partes.....	74
13.10. Princípio do impulso oficial.....	74
13.11. Princípios da indeclinabilidade da jurisdição e da correlação	75
13.12. Princípio da igualdade processual.....	75
13.13. Princípios do contraditório e da ampla defesa.....	76
13.14. Princípios da celeridade e economia processual	79
13.15. Princípios da duração razoável do processo e da prisão cautelar	80
13.16. Princípio da verdade real	81
13.17. Princípios da presunção de inocência e <i>favor rei</i>	82
13.18. Princípio da imparcialidade do juiz	85
13.19. Princípio da fundamentação das decisões judiciais.....	85
13.20. Princípio da persuasão racional ou do livre convencimento fundamentado	87
13.21. Princípio <i>ne bis in idem</i>	88
14. Sistemas de Processo Penal	89
14.1. Classificação.....	89
14.1.1. Sistema inquisitivo	89
14.1.2. Sistema acusatório.....	89
14.1.3. Sistema misto	90
14.2. Sistema adotado no Brasil.....	91

CAPÍTULO 2

FONTES DO DIREITO PROCESSUAL PENAL E INTERPRETAÇÃO DA LEI PROCESSUAL PENAL

1. Fontes do Direito Processual Penal	93
1.1. Conceito	93
1.2. Classificação.....	93
1.3. Fontes materiais	94
1.4. Fontes formais	94
1.5. Doutrina, jurisprudência e analogia	96
2. Interpretação da Lei Processual Penal.....	96
2.1. Espécies de interpretação	98
2.2. Interpretação autêntica.....	98
2.3. Interpretação doutrinária	99
2.4. Interpretação judicial.....	99
2.5. Interpretação gramatical ou literal.....	99
2.6. Interpretação lógica ou teleológica.....	99
2.7. Interpretação histórica	100

2.8. Interpretação sistemática	100
2.9. Interpretação declarativa, restritiva e extensiva.....	100
3. Analogia e Interpretação Analógica	101
4. Diferença entre Interpretação Extensiva e Analogia.....	102

CAPÍTULO 3

LEI PROCESSUAL PENAL NO ESPAÇO

1. Noções Introdutórias.....	103
2. Lei Processual Penal no Espaço	103
3. Atos de Cooperação Internacional	104
4. Leis de Organização Judiciária.....	105
5. Lugar da Infração Penal.....	105
6. Tratados, Convenções e Regras de Direito Internacional	105
7. Tensão entre Regras Dispostas em Tratados Internacionais e o Direito Interno.....	108
8. Regras sobre Proteção a Direitos Humanos	108
9. Crimes de Responsabilidade Praticados pelo Presidente da República, Ministros de Estado e do Supremo Tribunal Federal	109
10. Imunidades Parlamentares.....	109
10.1. Imunidades parlamentares durante o estado de sítio	112
11. Imunidade Diplomática/Consular.....	113
12. Processos de Competência da Justiça Militar.....	114
13. Processos da Competência de Tribunal Especial.....	114
14. Processos por Crimes de Imprensa.....	115
15. Aplicação Subsidiária do CPP.....	115

CAPÍTULO 4

LEI PROCESSUAL PENAL NO TEMPO

1. <i>Vacatio Legis</i> e Vigência	117
2. Revogação	118
3. Repristinação.....	118
4. Princípio <i>Tempus Regit Actum</i> e Princípio da Incidência Imediata	118
5. Norma de Natureza Mista.....	119

CAPÍTULO 5

INQUÉRITO POLICIAL

1. Persecução Penal.....	121
2. Polícia Judiciária	122
3. Inquérito Policial.....	124
3.1. Conceito, finalidade e natureza jurídica.....	124
3.2. Destinatários.....	125
3.3. Características do inquérito policial.....	126

I.4 CURSO DE PROCESSO PENAL

3.3.1. Oficialidade	126
3.3.2. Autoridade	126
3.3.3. Oficiosidade	126
3.3.4. Obrigatoriedade.....	127
3.3.5. Materialização na forma escrita	127
3.3.6. Ausência de <i>ampla</i> defesa e contraditório <i>pleno</i>	128
3.3.7. Indisponibilidade	131
3.3.8. Sigiloso.....	131
3.3.8.1. Organização criminosa	136
3.3.9. Procedimento prescindível	136
3.3.10. Função asseguidora	137
4. Competência.....	138
5. Valor Probatório	140
6. Vícios ou Irregularidade no Inquérito Policial	141
7. Instauração do Inquérito.....	143
7.1. Justa causa para instauração de inquérito.....	145
7.2. <i>Notitia criminis</i>	147
7.3. <i>Delatio criminis</i>	148
7.3.1. Formas de delação.....	149
7.3.2. Delação anônima	149
7.4. Instauração visando à apuração de delito de ação penal pública incondicionada	151
7.5. Instauração a requerimento do ofendido	152
7.6. Instauração para apuração de delito de ação penal pública condicionada	153
7.6.1. Delito de ação penal pública condicionada à representação	154
7.6.1.1. Representação do ofendido.....	154
7.6.1.2. Retratação da representação.....	155
7.6.2. Delito de ação penal pública condicionada à requisição do Ministro da Justiça	155
7.6.2.1. Destinatário da requisição do Ministro da Justiça.....	155
7.6.2.2. Requisição ministerial <i>versus</i> requisição ministerial.....	156
7.6.3. A autoridade judiciária e o Ministério Público podem requisitar instauração de inquérito de ação penal pública condicionada?.....	156
7.7. Instauração visando à apuração de delito de ação penal privada	157
7.8. Instauração em razão de flagrante delito	157
7.9. Instauração de inquérito para apuração de infração penal de menor potencial ofensivo.....	158
8. Diligências	158
8.1. Logo que tiver conhecimento da prática da infração penal	160
8.2. Preservação do local	160

8.3. Apreensão de objetos	162
8.3.1. Busca e apreensão realizada em escritório de advocacia	164
8.4. Oitiva do ofendido	165
8.5. Identificação e oitiva do investigado.....	166
8.5.1. Oitiva de investigado menor de 21 anos.....	169
8.5.2. Oitiva do investigado no auto de prisão em flagrante	169
8.6. Reconhecimento de pessoas e coisas	170
8.6.1. Reconhecimento fotográfico	171
8.7. Acareações	171
8.8. Exame de corpo de delito e outras perícias.....	172
8.9. Averiguação da vida pregressa do investigado.....	173
9. Oitiva de Testemunhas	174
10. Depoimento Especial: Oitiva de Criança ou Adolescente, Vítima ou Testemunha de Violência.....	175
11. Reprodução Simulada dos Fatos.....	177
12. Interceptação Telefônica.....	179
12.1. Acesso a mensagens de <i>WhatsApp</i>	181
13. Leis Especiais	182
13.1. Lei Maria da Penha.....	182
13.1.1. Representação da ofendida.....	184
13.2. Lei de Drogas.....	185
13.3. Lei de Combate ao Crime Organizado	185
13.4. Crime contra a dignidade sexual de criança e adolescente	186
13.5. Lei n. 13.344/2016 (Dispõe sobre prevenção e repressão ao tráfico interno e internacional de pessoas).....	188
13.5.1. Sobre o art. 13-A do CPP	188
13.5.2. Sobre o art. 13-B do CPP.....	190
14. Incomunicabilidade.....	192
15. Indiciamento.....	193
15.1. Lei n. 9.034/95 (Lei de Combate ao Crime Organizado).....	194
15.2. Lei n. 9.613/98 (Crimes de Lavagem de Dinheiro)	194
15.3. Lei n. 12.037/2009 (Regula a Identificação Criminal)	195
15.4. Membros do Ministério Público, da Magistratura e da Defensoria Pública.....	196
15.5. Indiciamento tardio	197
16. Prazo para Conclusão do Inquérito.....	198
16.1. Prazos especiais	199
16.2. Contagem do prazo.....	200
16.3. Prorrogação do prazo	201
16.3.1. Investigado preso	202
16.3.2. Investigado solto	202

I6 CURSO DE PROCESSO PENAL

16.3.3. O Ministério Público e o pedido de prorrogação de prazo	202
16.3.4. O juiz frente ao pedido de prorrogação de prazo	203
16.3.4.1. Investigado preso	203
16.3.4.2. Investigado solto.....	203
17. Materialização e Encerramento do Inquérito	204
17.1. Conteúdo do relatório.....	204
18. Remessa do Inquérito Relatado ao Juiz Competente.....	206
19. O Ministério Público e o Inquérito.....	206
19.1. Prazo para manifestação do Ministério Público	206
19.2. Requisição de novas diligências	206
19.3. Pedido de extinção da punibilidade.....	208
19.4. Pedido de remessa dos autos a outro juízo	208
19.5. Pedido de remessa dos autos a outro Promotor de Justiça	209
19.6. Pedido de arquivamento do inquérito	209
19.7. Oferecimento de denúncia.....	210
19.8. Delito de ação penal privada.....	210
20. O Ofendido e o Inquérito.....	210
20.1. Delito de ação penal privada exclusiva.....	210
20.2. Delito de ação penal pública	212
21. Arquivamento do Inquérito	212
21.1. Arquivamento implícito.....	213
21.2. Arquivamento indireto	214
21.3. O juiz frente ao pedido de arquivamento de inquérito.....	214
21.3.1. Arquivamento em grau de competência originária	217
22. Desarquivamento ou Reabertura de Inquérito.....	217
22.1. Quando o desarquivamento ou reabertura não é possível.....	219
23. Ajuizamento de Ação Penal	220
24. Outras Formas de Investigação	220
24.1. Termo circunstanciado.....	220
24.2. CPI – Comissão Parlamentar de Inquérito.....	221
24.3. Investigação conduzida pelo Ministério Público	224
24.3.1. Crítica	230
24.4. Investigação de delito praticado por parlamentar	231
24.5. Delito cometido nas dependências do Congresso Nacional.....	232
24.6. Investigação de delito praticado por membro do Ministério Público ou por magistrado	232
24.6.1. Investigação de delito praticado por membro do Ministério Público.....	232
24.6.2. Investigação de delito praticado por magistrado.....	233
24.7. Inquérito policial militar.....	233
25. Controle Externo da Atividade Policial	233

CAPÍTULO 6

AÇÃO PENAL

1. Perspectiva Histórica da Pena Criminal e do Direito de Ação	235
2. Fundamento Constitucional do Direito de Ação	236
3. Conceito.....	236
4. Natureza e Características.....	237
5. Classificação das Ações Penais.....	237
6. Condições da Ação no Processo Penal.....	239
6.1. Condições genéricas da ação.....	240
6.1.1. Possibilidade jurídica do pedido.....	240
6.1.2. Legitimação <i>ad causam</i>	241
6.1.3. Interesse de agir.....	242
6.2. Condições específicas ou de procedibilidade.....	244
6.3. Justa causa para a ação penal.....	245
7. Das Ações Penais	245
7.1. Da ação penal pública	246
7.1.1. Ação penal pública incondicionada.....	247
7.1.1.1. Titularidade.....	247
7.1.1.2. Princípios.....	248
7.1.1.2.1. Princípio da oficialidade.....	249
7.1.1.2.2. Princípio da oficiosidade	250
7.1.1.2.3. Princípio da obrigatoriedade	250
7.1.1.2.4. Princípio da indisponibilidade ou indesistibilidade..	252
7.1.1.2.5. Princípio da indivisibilidade	253
7.1.1.2.6. Princípio da intranscendência	253
7.1.2. Ação penal pública condicionada	254
7.1.2.1. Ação penal pública condicionada à representação do ofendido	254
7.1.2.1.1. Quem pode formular representação.....	254
7.1.2.1.2. A representação: natureza jurídica e forma	256
7.1.2.1.3. Prazo e destinatários da representação.....	257
7.1.2.1.4. Retratação da representação	259
7.1.2.1.5. Retratação da retratação	259
7.1.2.1.6. Renúncia ao direito de representação.....	260
7.1.2.1.7. Eficácia objetiva e não vinculação.....	260
7.1.3. Ação penal pública condicionada à requisição do Ministro da Justiça ...	261
7.1.3.1. Requisição do Ministro da Justiça	261
7.1.3.2. Prazo para a requisição e conteúdo	262
7.1.3.3. Retratação da requisição	262
7.1.3.4. Eficácia objetiva	263
7.1.3.5. Destinatários da requisição	264

7.1.3.6.	Não vinculação do Ministério Público.....	264
7.1.4.	Ação penal privada.....	265
7.1.4.1.	Princípios que regem a ação penal privada.....	266
7.1.4.1.1.	Princípio da oportunidade ou conveniência	267
7.1.4.1.2.	Princípio da disponibilidade	267
7.1.4.1.3.	Princípio da intranscendência	267
7.1.4.1.4.	Princípio da indivisibilidade	267
7.1.4.2.	Quem pode formular queixa-crime.....	268
7.1.4.3.	Queixa-crime; querelante e querelado; conteúdo, prazo e destinatário	269
7.1.4.4.	O Ministério Público e o art. 19 do CPP.....	271
7.1.4.5.	Procurador com poderes especiais.....	271
7.1.4.6.	Ação penal privada exclusiva e ação penal privada personalíssima	273
7.1.4.7.	Ação penal privada subsidiária da pública.....	274
7.1.4.8.	Renúncia ao exercício do direito de queixa.....	276
7.1.4.9.	Perdão do ofendido.....	277
7.1.4.10.	Perempção.....	280
7.1.4.11.	Intervenção fiscalizadora do Ministério Público nas ações penais privadas.....	281
8.	Causas de Extinção da Punibilidade.....	282
9.	Custas Processuais e Taxa Judiciária.....	282

CAPÍTULO 7

PETIÇÃO INICIAL DA AÇÃO PENAL: DENÚNCIA OU QUEIXA-CRIME

1.	Noções Preliminares e Conceito.....	285
2.	Requisitos da Denúncia ou Queixa.....	285
2.1.	Endereçamento.....	286
2.2.	Exposição do fato criminoso, com todas as suas circunstâncias	286
2.2.1.	Denúncia ou queixa no concurso de agentes	289
2.3.	Qualificação do acusado ou esclarecimentos pelos quais se possa identificá-lo	293
2.4.	Classificação do delito.....	293
2.5.	Pedido de condenação.....	294
2.6.	Rol de testemunhas.....	295
2.7.	Deve ser escrita na língua oficial.....	295
2.8.	Indicação do local e data de sua elaboração.....	296
2.9.	Identificação do subscriptor.....	296
2.10.	Assinatura.....	296
3.	Prazos.....	297

3.1. Prazo para o oferecimento da denúncia	297
3.2. Prazo para o oferecimento da queixa.....	298
3.3. Prazos para aditamento da denúncia ou queixa	299
4. Rejeição e Recebimento da Denúncia ou Queixa	300

CAPÍTULO 8 AÇÃO CIVIL *EX DELICTO*

1. Introdução.....	301
2. Execução Civil da Sentença Penal Condenatória	301
2.1. Revisão criminal e suas consequências.....	303
2.2. Sentença que concede perdão judicial	303
2.3. Sentença de absolvição imprópria.....	303
2.4. Sentença que reconhece prescrição	303
3. Ajuizamento das Ações Civil e Penal de Conhecimento.....	304
4. Causas de Exclusão da Antijuridicidade.....	306
5. Independência das Jurisdições Penal e Civil.....	307
6. Legitimidade Ativa.....	308
7. Legitimidade Passiva	310
8. Competência Jurisdicional e Prazo Prescricional	311

CAPÍTULO 9 JURISDIÇÃO E COMPETÊNCIA

1. Introdução.....	313
2. Jurisdição	314
2.1. Jurisdição penal e jurisdição extrapenal	315
2.2. Jurisdição especial e jurisdição comum ou ordinária	316
2.3. Jurisdição estadual e jurisdição federal.....	316
2.4. Jurisdição inferior e jurisdição superior	317
2.5. Jurisdição de primeiro grau e jurisdição de segundo grau	317
2.6. Jurisdição política ou extraordinária	317
2.7. Características e elementos da jurisdição.....	317
2.8. Princípios da jurisdição.....	318
2.8.1. Princípio da indeclinabilidade	319
2.8.2. Princípio da titularidade ou da inércia (<i>ne procedat iudex ex officio</i>)	319
2.8.3. Princípio da investidura.....	319
2.8.4. Princípio do juiz natural, ou juiz competente	319
2.8.5. Princípio da indelegabilidade (<i>delegatus iudex non potest subdelegare</i>)	320
2.8.6. Princípio da improrrogabilidade da jurisdição, ou princípio da aderência	320
2.8.7. Princípio da irrecusabilidade.....	321
2.8.8. Princípio da unidade.....	321

2.8.9. <i>Nulla poena sine iudicio</i>	321
2.8.10. Princípio da correlação	321
2.8.11. Princípio do duplo grau de jurisdição	322
3. Competência.....	322
3.1. Modalidades de competência.....	324
3.1.1. Competência interna e competência internacional	324
3.1.2. Competência absoluta e competência relativa	325
3.1.2.1. Prorrogação de competência	326
3.1.3. Competência funcional.....	326
3.1.4. Delegação de competência.....	328
3.2. Divisão constitucional de competências	329
3.2.1. Supremo Tribunal Federal.....	330
3.2.2. Superior Tribunal de Justiça	331
3.2.3. Tribunais Regionais Federais.....	332
3.2.4. Juízes Federais	332
3.2.5. Tribunais de Justiça Estaduais	333
3.2.5.1. Justiça Militar.....	333
3.3. Garantias dos juízes e vedações constitucionais.....	337
3.4. Regras de delimitação de competência no Código de Processo Penal.....	337
3.4.1. Competência pelo lugar da infração.....	338
3.4.1.1. Outras observações pertinentes.....	341
3.4.2. Competência pelo domicílio ou residência do réu	342
3.4.3. Competência em razão da natureza da infração.....	344
3.4.3.1. Desaforamento.....	346
3.4.3.2. Deslocamento de competência	347
3.4.3.3. Súmulas do STF e do STJ a respeito de competência em razão da natureza da infração.....	348
3.4.4. Competência por distribuição	351
3.4.5. Competência em razão de conexão ou continência.....	352
3.4.5.1. Conexão	352
3.4.5.1.1. Modalidades de conexão	353
3.4.5.2. Continência	357
3.4.5.3. Foro prevalente	359
3.4.5.3.1. Competência para avocar processo.....	363
3.4.5.4. Separação de processos	364
3.4.5.4.1. Separação obrigatória.....	364
3.4.5.4.2. Separação facultativa.....	365
3.4.5.5. Perpetuação da jurisdição (<i>perpetuatio jurisdictionis</i>)	366
3.4.6. Competência por prevenção	367
3.4.7. Competência originária ou por prerrogativa de função.....	369

3.4.71.	Competência por prerrogativa de função na jurisdição política	375
3.4.72.	Foro competente após o fim da investidura no cargo.....	375
3.4.73.	Exceção da verdade oposta em relação a quem tem foro privilegiado.....	376
3.4.74.	Competência por prerrogativa de função <i>versus</i> competência do Tribunal do Júri.....	378
4.	Disposições Especiais.....	380

CAPÍTULO 10

QUESTÕES E PROCESSOS INCIDENTES

1.	Introdução.....	383
2.	Das Questões Prejudiciais.....	384
3.	Dos Procedimentos Incidentes.....	387
3.1.	Das exceções.....	387
3.1.1.	Exceção de suspeição.....	389
3.1.1.1.	Oportunidades, modalidades e legitimidade.....	391
3.1.1.2.	Forma, juiz competente, processamento e ataque recursal.....	393
3.1.1.3.	Exceção de suspeição contra membro do Ministério Público.....	396
3.1.1.4.	Exceção de suspeição contra perito; intérpretes, serventuários ou funcionários da justiça.....	398
3.1.1.5.	Exceção de suspeição contra jurado.....	398
3.1.1.6.	Exceção de suspeição contra delegado de polícia.....	399
3.1.1.7.	Convalidação da nulidade que decorre da suspeição.....	400
3.1.2.	Exceção de incompetência do juízo.....	400
3.1.2.1.	Reconhecimento <i>ex officio</i> , legitimidade, arguição, processamento, decisão judicial e ataque recursal.....	400
3.1.2.2.	Teoria do juízo aparente.....	403
3.1.3.	Exceção de litispendência.....	404
3.1.3.1.	Reconhecimento <i>ex officio</i> , legitimidade, arguição, processamento, decisão judicial e ataque recursal.....	405
3.1.3.2.	Litispendência e incompetência de juízo.....	406
3.1.3.3.	Litispendência e inquérito policial.....	406
3.1.4.	Exceção de ilegitimidade de parte.....	407
3.1.4.1.	Reconhecimento <i>ex officio</i> , legitimidade, arguição, processamento, decisão judicial e ataque recursal.....	408
3.1.5.	Exceção de coisa julgada.....	409
3.1.5.1.	Limites subjetivos e objetivos da coisa julgada.....	410
3.1.5.2.	Reconhecimento <i>ex officio</i> , legitimidade, arguição, processamento, decisão judicial e ataque recursal.....	411
3.1.6.	Regras gerais sobre as exceções.....	412

3.2. Das incompatibilidades e impedimentos.....	412
3.3. Conflito de competência.....	415
3.3.1. Modalidades de conflito.....	417
3.3.2. Pressupostos e objeto do conflito.....	418
3.3.3. Legitimidade para suscitar o conflito.....	419
3.3.4. Conflito em sede de execução penal.....	419
3.3.5. Arguição, processamento e decisão.....	420
3.3.6. Competência para julgar conflito.....	422
3.3.7. Recurso contra decisão proferida em conflito de competência.....	423
3.3.8. Avocatória.....	423
3.3.9. Conflito de atribuições.....	424
3.4. Da restituição das coisas apreendidas.....	427
3.4.1. Bens que não comportam restituição.....	428
3.4.1.1. Direito do lesado ou de terceiro de boa-fé.....	429
3.4.2. Restituição pela autoridade policial.....	430
3.4.3. Restituição judicial. Procedimento.....	431
3.4.4. Coisa adquirida com os proventos da infração.....	432
3.4.5. Destinação dos objetos apreendidos.....	432
3.4.6. Ataque recursal.....	433
3.5. Das medidas assecuratórias.....	434
3.5.1. Sequestro.....	434
3.5.1.1. Bens que podem ser sequestrados.....	435
3.5.1.2. Momento da decretação.....	436
3.5.1.3. Requisitos.....	436
3.5.1.4. Juiz competente e legitimação ativa.....	437
3.5.1.5. Procedimento.....	438
3.5.1.6. Ataque recursal.....	438
3.5.1.7. Cabimento de embargos e competência para julgamento.....	439
3.5.1.8. Levantamento do sequestro.....	440
3.5.2. Especialização de hipoteca legal.....	441
3.5.2.1. Requisitos.....	441
3.5.2.2. Bens sujeitos à hipoteca legal.....	442
3.5.2.3. Legitimação ativa. Quem pode requerer?.....	442
3.5.2.4. Momento em que pode ser requerida.....	442
3.5.2.5. Requerimento e procedimento.....	443
3.5.2.6. Ataque recursal.....	444
3.5.3. Arresto.....	444
3.5.3.1. Bens suscetíveis de penhora.....	445
3.5.3.2. Modalidades.....	446
3.5.3.3. Requisitos.....	446

3.5.3.4. Legitimidade ativa	446
3.5.3.5. Momento em que pode ser requerido	447
3.5.3.6. Requerimento e procedimento	447
3.5.3.7. Levantamento do arresto	448
3.5.3.8. Alienação antecipada	449
3.5.3.9. Ataque recursal	450
3.6. Do incidente de falsidade	450
3.7. Da insanidade mental do acusado	451
3.7.1. Cabimento, legitimidade ativa, instauração, processamento e ataque recursal	452
3.7.1.1. Perito ou peritos?	453
3.7.2. Conclusões possíveis e suas consequências	454
3.7.2.1. Duração da medida de segurança substitutiva	456

CAPÍTULO 11

PROVA

1. Introdução	459
2. Conceito, Destinatário e Finalidade	460
3. Objeto da Prova	461
3.1. Fato axiomático ou evidente	462
3.2. Verdade sabida ou fato notório	462
3.3. Fato incontroverso	463
3.4. Presunções	463
3.5. Prova do direito	463
4. Classificação da Prova	464
5. Ônus da Prova	466
5.1. Ônus da prova quanto ao elemento subjetivo do tipo	469
5.2. Produção de prova por iniciativa do juiz	470
5.3. Momento de se produzir prova: limites objetivos	472
6. Meios de Prova e Sujeito de Prova	473
7. Atividade Probatória	475
8. Sistemas de Valoração das Provas	476
8.1. Sistema adotado no CPP vigente	478
8.2. Os outros dois sistemas e o CPP	481
9. Princípios Reguladores	482
9.1. Princípio da liberdade de prova	482
9.2. Princípio da inadmissibilidade das provas ilícitas	483
9.3. Princípio da autorresponsabilidade das partes	483
9.4. Princípio da audiência contraditória	483
9.5. Princípio da comunhão da prova	483

24 CURSO DE PROCESSO PENAL

9.6. Princípio da concentração.....	483
9.7. Princípio da oralidade.....	483
9.8. Princípio da publicidade.....	484
9.9. Princípio do livre convencimento fundamentado.....	484
9.10. Princípio da imediatidade.....	484
9.11. Princípio da verdade real.....	485
9.12. Princípio da identidade física do juiz.....	485
10. Das Provas em Espécie.....	485
10.1. Do Exame de Corpo de Delito e Perícias em Geral.....	486
10.1.1. Perícia: conceito e natureza jurídica.....	486
10.1.2. Da prova pericial: procedimento.....	487
10.1.2.1. Sistemas de avaliação da prova pericial.....	489
10.1.2.2. Quem pode determinar o exame pericial?.....	490
10.1.2.3. Indeferimento do pedido de exame pericial.....	490
10.1.2.4. Perícia feita por carta precatória.....	491
10.1.2.5. Necessidade de contraditório judicial.....	491
10.1.3. Do exame de corpo de delito.....	492
10.1.3.1. Exame de corpo de delito direto e indireto.....	493
10.1.4. Das perícias em geral.....	495
10.1.4.1. Autópsia ou necropsia.....	495
10.1.4.2. Exumação e exame cadavérico.....	496
10.1.4.3. Lesões corporais.....	498
10.1.4.4. Local onde houver sido praticada a infração penal.....	499
10.1.4.5. Perícias de laboratório.....	500
10.1.4.6. Destruição ou rompimento de obstáculo e escalada.....	500
10.1.4.7. Avaliação de coisas destruídas, deterioradas ou que constituam produto do crime.....	501
10.1.4.8. Incêndio.....	502
10.1.4.9. Exame grafotécnico.....	503
10.1.4.10. Instrumentos empregados para a prática do delito.....	504
10.1.4.10.1. Apreensão e perícia da arma empregada em crime de roubo.....	505
10.1.5. Prova pericial nos crimes sexuais.....	506
10.1.6. Exames de alcoolemia e teste do “bafômetro”.....	507
10.1.7. Do interrogatório do acusado.....	509
10.1.7.1. Conceito.....	509
10.1.7.2. Natureza jurídica.....	509
10.1.7.3. Obrigatoriedade e ausência de interrogatório.....	511
10.1.7.4. Momento do interrogatório.....	511
10.1.7.5. Local do interrogatório.....	512

10.1.7.6. Características.....	513
10.1.7.7. Divisão temática do interrogatório.....	514
10.1.7.8. Direito de permanecer calado	515
10.1.7.9. Conteúdo do interrogatório de mérito	516
10.1.7.9.1. Interrogatório negativo	516
10.1.7.10. Intervenção das partes no interrogatório.....	517
10.1.7.10.1. Participação defensiva no interrogatório de corréu..	518
10.1.7.11. Formalização do interrogatório.....	520
10.1.7.12. Pluralidade de acusados. Interrogatório em separado	520
10.1.7.13. Interrogatório do réu preso.....	521
10.1.7.13.1. Interrogatório por videoconferência.....	522
10.1.7.14. Interrogatório do mudo, do surdo e do surdo-mudo.....	523
10.1.7.15. Interrogatório de quem não fala a língua nacional.....	524
10.1.7.16. Interrogatório da pessoa jurídica	524
10.1.7.17. Presença de curador especial no interrogatório	526
10.1.7.17.1. Curador ao réu menor.....	526
10.1.7.17.2. Índios e doentes mentais	527
10.1.7.18. Renovação de interrogatórios.....	527
10.1.7.19. Condução coercitiva para interrogatório	528
10.1.8. Da confissão	530
10.1.8.1. Conceito e objeto.....	531
10.1.8.2. Natureza jurídica.....	531
10.1.8.3. Requisitos de validade.....	532
10.1.8.4. Modalidades de confissão.....	533
10.1.8.4.1. Confissão tácita ou ficta.....	533
10.1.8.5. Características.....	534
10.1.8.5.1. Divisibilidade	534
10.1.8.5.2. Retratabilidade.....	534
10.1.8.6. Momento da confissão.....	535
10.1.8.6.1. Confissão extrajudicial	535
10.1.8.7. Confissão e chamada de corréu	536
10.1.8.8. Delação e colaboração premiadas	538
10.1.8.9. Atenuante genérica e crime de autoacusação falsa	540
10.1.8.10. Valor probatório da confissão.....	541
10.1.9. Do ofendido.....	542
10.1.9.1. Conceito	542
10.1.9.2. Natureza jurídica.....	542
10.1.9.3. Inquirição	542
10.1.9.3.1. Reperguntas ao ofendido	543
10.1.9.3.2. Possibilidade de condução coercitiva	544

10.1.9.4. O ofendido não comete crime de desobediência.....	544
10.1.9.5. O ofendido como elemento de prova	545
10.1.9.6. O ofendido como fonte de prova.....	545
10.1.9.7. Dispensa do compromisso de dizer a verdade.....	545
10.1.9.8. O ofendido não comete crime de falso testemunho.....	545
10.1.9.9. Comunicação ao ofendido dos atos processuais.....	546
10.1.9.10. Atendimento multidisciplinar ao ofendido.....	546
10.1.9.11. Preservação da intimidade do ofendido.....	547
10.1.9.12. Valor probatório das declarações do ofendido.....	548
10.1.10. Das testemunhas	549
10.1.10.1. Conceito	550
10.1.10.2. Natureza jurídica.....	550
10.1.10.3. Quem pode ser testemunha.....	550
10.1.10.4. Características da prova testemunhal.....	550
10.1.10.5. Classificação.....	552
10.1.10.6. Dever de testemunhar	553
10.1.10.6.1. Exceções ao dever de testemunhar	554
10.1.10.6.2. Exceção às exceções do dever de testemunhar.....	555
10.1.10.7. Proibição de testemunhar	556
10.1.10.7.1. Exceção à proibição de testemunhar.....	556
10.1.10.8. Momento para arrolar testemunhas.....	556
10.1.10.9. Número de testemunhas que se pode arrolar.....	557
10.1.10.10. Chamamento para testemunhar e dever de comparecimento .	559
10.1.10.10.1. Ocupantes de cargos públicos de alto escalão	559
10.1.10.10.2. Militares e funcionários públicos	560
10.1.10.10.3. Ausência injustificada da testemunha.....	560
10.1.10.11. Acomodações prévias e colheita de depoimentos em separado .	561
10.1.10.12. Do compromisso	561
10.1.10.13. Da inquirição em juízo.....	562
10.1.10.13.1. Testemunha surda, muda e surda-muda	564
10.1.10.13.2. Testemunha que não conhece a língua nacional.....	564
10.1.10.13.3. Depoimento especial: oitiva de criança ou adolescente, vítima ou testemunha de violência.....	565
10.1.10.13.4. Recusa da testemunha em fornecer dados de sua qualificação ou fornecimento de dados falsos.....	565
10.1.10.13.5. Recusa em depor	565
10.1.10.14. Da contradita e da arguição de defeito	565
10.1.10.15. Perguntas diretamente pelas partes.....	567
10.1.10.16. Impressões pessoais da testemunha	571
10.1.10.17. Redação e formalização do depoimento	571

10.1.10.18. Inquirição de testemunha sem a presença do acusado	572
10.1.10.18.1. Hipóteses do art. 217 do CPP	572
10.1.10.18.2. Ausência de requisição do acusado preso	573
10.1.10.19. Local da inquirição	574
10.1.10.20. Carta precatória, carta rogatória e carta de ordem	575
10.1.10.21. Audiência em local especialmente designado	577
10.1.10.22. Produção antecipada da prova testemunhal	577
10.1.10.23. Corréu como testemunha	578
10.1.10.24. Depoimento infantil	578
10.1.10.25. Depoimento de policial	579
10.1.10.26. Valor probatório da prova testemunhal	581
10.1.10.27. Falso testemunho	581
10.1.10.28. Lei de proteção à testemunha	582
10.1.11. Do reconhecimento de pessoas e coisas	583
10.1.11.1. Conceito e modalidades	583
10.1.11.2. Natureza jurídica	583
10.1.11.3. Formalidades	584
10.1.11.3.1. Reconhecimento por videoconferência	584
10.1.11.4. Reconhecimento de pessoa	584
10.1.11.4.1. Reconhecimento em juízo	586
10.1.11.5. Reconhecimento fotográfico	588
10.1.11.6. Reconhecimento de objeto	589
10.1.11.7. Reconhecimento de voz	589
10.1.11.8. Várias pessoas chamadas a fazer reconhecimento	590
10.1.11.9. Valor probatório do reconhecimento	590
10.1.12. Da acareação	592
10.1.12.1. Conceito e finalidade	592
10.1.12.2. Natureza jurídica	592
10.1.12.3. Momento de sua realização	592
10.1.12.4. Admissibilidade, pressuposto e objeto	592
10.1.12.5. Procedimento	593
10.1.12.6. Valor probatório	594
10.1.13. Dos documentos	594
10.1.13.1. Conceito	594
10.1.13.2. Natureza jurídica e objeto	595
10.1.13.3. Momento de se produzir prova documental	596
10.1.13.4. Classificação	596
10.1.13.5. Ônus da prova documental	598
10.1.13.6. Produção de prova documental por iniciativa do juiz	598
10.1.13.7. Fotografia de documento	599

10.1.13.8. Documento inteiro	600
10.1.13.9. Cartas particulares.....	600
10.1.13.10. Documento em língua estrangeira	601
10.1.13.11. As públicas formas e sua conferência judicial.....	601
10.1.13.12. Incidente de falsidade documental	602
10.1.13.13. Desentranhamento e devolução de documento	602
10.1.13.14. Valor do documento como prova.....	603
10.1.14. Prova emprestada	603
10.1.14.1. Conceito	604
10.1.14.2. Natureza jurídica.....	604
10.1.14.3. Valor probatório.....	605
10.1.15. Dos indícios.....	607
10.1.15.1. Conceito	607
10.1.15.2. Natureza jurídica.....	608
10.1.15.3. Classificação dos indícios.....	608
10.1.15.4. Presunção	609
10.1.15.5. Indício <i>versus</i> presunção	611
10.1.15.6. Contraindícios	611
10.1.15.7. Valor probatório dos indícios	612
10.1.16. Da busca e apreensão	614
10.1.16.1. Distinção.....	614
10.1.16.2. Conceito	615
10.1.16.3. Natureza jurídica.....	615
10.1.16.4. Momentos para realização	616
10.1.16.5. Iniciativa	617
10.1.16.6. Mandado de busca: (des)necessidade	617
10.1.16.7. Finalidades, modalidades, cabimento, condição e taxatividade	618
10.1.16.8. Busca domiciliar	619
10.1.16.8.1. Busca em repartições públicas.....	621
10.1.16.8.2. Documento em poder do defensor	621
10.1.16.8.3. Cautelas e procedimento	622
10.1.16.8.4. Regras especiais.....	623
10.1.16.9. Busca pessoal	623
10.1.16.9.1. Busca em mulher	624
10.1.16.9.2. Desnecessidade de mandado.....	624
10.1.16.10. Diligência de apreensão em território de <i>jurisdição</i> alheia.....	625
11. Produção Antecipada de Prova	626
12. Atividade Probatória na Execução Penal	628
13. Prova Ilícita	629
13.1. Prova ilícita por derivação	631

13.2. Serendipidade. Encontro causal ou fortuito de prova.....	633
13.3. Teoria da proporcionalidade.....	634
13.4. Prova ilícita em favor do acusado.....	634
14. Gravação Ambiental Clandestina.....	635
15. Interceptação Telefônica.....	636
15.1. Acesso a mensagens de <i>WhatsApp</i>	637
16. Psicografia e Prova Penal.....	638

CAPÍTULO 12

SUJEITOS PROCESSUAIS

1. Introdução.....	641
2. Do Juiz.....	643
2.1. Garantias da magistratura.....	644
2.2. Vedações.....	645
2.3. O juiz e o processo de natureza criminal.....	645
2.4. Impedimento e suspeição.....	647
3. Do Ministério Público.....	647
3.1. Garantias e vedações.....	648
3.2. O Promotor de Justiça e o processo de natureza criminal.....	649
3.3. Impedimento e suspeição.....	651
3.4. Princípio do promotor natural.....	651
4. Do Acusado.....	652
4.1. Direito de defesa.....	653
4.2. Condução coercitiva do acusado para colaborar com a produção de prova.....	656
4.3. Outros direitos assegurados.....	658
5. Do Defensor.....	659
5.1. Constituição de defensor.....	666
5.2. Impedimento.....	667
6. Do Curador Especial.....	667
7. Do Assistente.....	667
7.1. Tipo de processo em que se admite a figura do assistente.....	670
7.2. Quem pode figurar como assistente.....	671
7.2.1. Regras dispostas no CPP.....	671
7.2.2. Pessoa jurídica de direito público ou privado como assistente.....	672
7.3. Ingresso do assistente no processo.....	674
7.4. Recebimento do processo no estado em que se encontrar.....	675
7.5. Abandono da causa pelo assistente.....	675
7.6. Corréu como assistente.....	676
7.7. Faculdades processuais.....	677
8. Dos Funcionários da Justiça.....	680

9. Dos Peritos e Intérpretes.....	680
9.1. Disciplina legal.....	681
9.2. Impedimento e suspeição.....	682

CAPÍTULO 13

PRISÃO, MEDIDAS CAUTELARES E LIBERDADE PROVISÓRIA

1. Regras Gerais.....	683
1.1. Critérios para fixação de medidas cautelares.....	684
1.2. Contraditório prévio e contraditório diferido.....	684
1.3. Revogação e/ou substituição da medida aplicada.....	686
1.4. Modalidades de medidas cautelares pessoais.....	686
1.4.1. Sobre a prisão em razão de condenação proferida ou mantida em Segundo Grau de Jurisdição, sem trânsito em julgado.....	688
1.5. Formalidades e concretização da prisão.....	691
1.6. Prisão a ser executada fora da jurisdição do juiz processante.....	692
1.7. Cadastro de mandados de prisão em banco de dados no Conselho Nacional de Justiça.....	693
1.8. Fuga e prisão.....	693
1.9. Separação de presos provisórios.....	694
1.10. Prisão especial.....	694
1.11. Uso de algemas.....	696
2. Da Prisão em Flagrante.....	697
2.1. Natureza jurídica.....	698
2.2. Sujeitos do flagrante.....	700
2.2.1. Sujeito ativo.....	700
2.2.1.1. Flagrante facultativo.....	700
2.2.1.2. Flagrante obrigatório ou compulsório.....	700
2.2.2. Sujeito passivo.....	701
2.3. Excepcionalidade da prisão em flagrante.....	702
2.4. Prisão em flagrante no interior de residência.....	703
2.5. Infrações que admitem prisão em flagrante.....	703
2.6. Autoridade competente.....	704
2.7. Classificações.....	705
2.7.1. Flagrante em sentido próprio.....	706
2.7.2. Flagrante impróprio.....	707
2.7.3. Flagrante presumido.....	708
2.7.4. Flagrante preparado ou provocado.....	710
2.7.5. Flagrante forjado.....	711
2.7.6. Flagrante esperado.....	712

2.7.7. Flagrante prorrogado, protelado, diferido, retardado ou postergado.....	713
2.8. Flagrante em situações particulares.....	714
2.8.1. Flagrante em crime permanente	714
2.8.2. Flagrante em crime habitual	716
2.8.3. Flagrante em crime continuado.....	717
2.8.4. Flagrante em crime de ação penal pública condicionada.....	718
2.8.5. Flagrante em crime de ação penal privada.....	720
2.8.6. Flagrante nas infrações penais de competência dos Juizados Especiais Criminais	720
2.8.7. Flagrante estando o preso hospitalizado e/ou inconsciente	721
2.8.8. Apresentação espontânea do autor da infração penal.....	722
2.9. Formalização da prisão em flagrante	723
2.9.1. Lavratura do auto de prisão em flagrante.....	725
2.9.1.1. Prazo para a lavratura do auto de prisão em flagrante	725
2.9.2. Autoridade competente para a lavratura do auto de prisão em flagrante.	726
2.9.3. Condutor.....	727
2.9.4. Testemunhas e vítima	727
2.9.5. Interrogatório	728
2.9.6. Escrivão.....	730
2.9.7. Infração penal praticada na presença da autoridade, ou contra esta, no exercício de suas funções.....	731
2.9.8. Nota de culpa.....	731
2.10. Recolhimento ao cárcere	731
2.10.1. Hipóteses em que o autuado “se livra solto”	732
2.10.2. Liberdade provisória mediante fiança	732
2.11. Comunicação da prisão: controle imediato.....	733
2.11.1. Controle jurisdicional	733
2.11.2. Controle ministerial	734
2.12. Audiência de apresentação/custódia.....	735
2.12.1. Prazo máximo de duração da prisão por força de flagrante.....	742
2.13. Relaxamento da prisão em flagrante	744
3. Da Prisão Preventiva	745
3.1. Conceito.....	746
3.2. Natureza jurídica	746
3.3. Constitucionalidade.....	747
3.4. Momento da decretação	748
3.5. Modalidades	750
3.5.1. Prisão preventiva obrigatória, automática ou compulsória.....	750
3.6. Quem pode decretar prisão preventiva.....	751
3.6.1. Decretação <i>ex officio</i>	751

3.7. Quem pode postular a decretação.....	752
3.7.1. Requerimento do Ministério Público	752
3.7.2. Requerimento do querelante	752
3.7.3. Requerimento do assistente.....	753
3.7.4. Representação da autoridade policial	754
3.8. Requisitos para a decretação	755
3.8.1. Pressupostos.....	756
3.8.1.1. Prova da existência do crime.....	756
3.8.1.2. Índícios suficientes da autoria.....	756
3.8.2. Hipóteses de cabimento	757
3.8.2.1. Art. 313, I, do CPP: crimes dolosos punidos com pena privativa de liberdade máxima superior a quatro anos	757
3.8.2.2. Art. 313, II, do CPP: reincidência dolosa	759
3.8.2.3. Art. 313, III, do CPP: crime de covardia	759
3.8.2.4. Art. 313, parágrafo único, do CPP: dúvida sobre a identidade do agente.....	761
3.8.2.5. Descumprimento de qualquer das obrigações impostas por força de outras medidas cautelares	762
3.9. Circunstâncias autorizadoras.....	765
3.9.1. Garantia da ordem pública	766
3.9.2. Garantia da ordem econômica.....	768
3.9.3. Conveniência da instrução criminal	768
3.9.4. Assegurar a aplicação da lei penal.....	769
3.10. Decretação da prisão preventiva	769
3.10.1. Contraditório na decretação	770
3.11. Condição especial impeditiva da prisão preventiva.....	771
3.12. Conversão da prisão em flagrante em preventiva	771
3.13. Relaxamento da prisão em flagrante e imediata decretação da prisão preventiva	773
3.14. Decretação da prisão preventiva na sentença de condenação ou decisão de pronúncia	773
3.15. Decretação por força da revelia. A questão do art. 366 do CPP	774
3.16. Art. 23, <i>caput</i> , I, II e III, do CP	775
3.17. Necessidade de decisão fundamentada.....	775
3.18. Prazo de duração da prisão preventiva	776
3.19. Revogação e nova decretação	778
3.20. Relaxamento da prisão preventiva	778
3.21. Reação defensiva à decretação da prisão preventiva.....	778
3.22. Substituição da prisão preventiva por prisão domiciliar.....	779
4. Prisão Cautelar Domiciliar, Substitutiva da Prisão Preventiva	779
4.1. Conceito.....	780

4.2. Natureza jurídica	780
4.3. Pressuposto e hipóteses de cabimento.....	780
4.3.1. Pessoa maior de 80 anos.....	783
4.3.2. Pessoa extremamente debilitada por motivo de doença grave.....	783
4.3.3. Pessoa imprescindível aos cuidados especiais de menor de 6 anos de idade ou de pessoa com deficiência.....	784
4.3.3.1. Pessoa menor de 6 anos de idade.....	784
4.3.3.2. Pessoa portadora de deficiência.....	785
4.3.4. Gestante	785
4.3.5. Mulher com filho de até 12 (doze) anos de idade incompletos.....	787
4.3.6. Homem, caso seja o único responsável pelos cuidados do filho de até 12 (doze) anos de idade incompletos	787
4.4. Necessidade de prova idônea.....	788
4.5. Quem pode requerer	788
4.6. Substituição <i>ex officio</i>	789
4.7. Momento em que pode ser concedida	789
4.8. Condições de permanência	789
4.9. Domicílio ou residência?.....	790
4.10. Pluralidade de residências.....	790
4.11. Momento de se conceder autorização de saída da residência	790
4.12. Descumprimento de condição do benefício.....	791
4.12.1. Descumprimento justificável.....	791
4.12.2. Sustação cautelar do benefício.....	792
4.12.3. Revogação definitiva.....	792
4.13. Detração.....	792
4.14. Preso que não tem defensor	793
4.15. Possibilidade de <i>habeas corpus</i>	793
5. Da Prisão Temporária	793
5.1. Conceito.....	794
5.2. Natureza jurídica	794
5.3. Cabimento.....	794
5.3.1. Imprescindibilidade para as investigações.....	795
5.3.2. Quando o indiciado não tiver residência fixa ou não fornecer elementos necessários ao esclarecimento de sua identidade.....	796
5.3.3. Quando houver fundadas razões, de acordo com qualquer prova admitida na legislação penal, de autoria ou participação do indiciado nos crimes arrolados no inciso III	797
5.3.4. Entendendo a aplicação das hipóteses de cabimento	798
5.4. Quem pode postular a decretação.....	799
5.5. Quem pode decretar.....	799

5.6. Decisão que aprecia pedido de prisão temporária.....	800
5.7. Procedimento.....	801
5.8. Prazo da prisão.....	802
5.8.1. Generalidade dos casos	802
5.8.2. Crimes hediondos e assemelhados.....	803
5.8.3. Término da prisão temporária.....	803
5.8.4. Excesso de prazo na prisão temporária.....	804
6. Liberdade Provisória mediante Fiança.....	804
6.1. Liberdade provisória como gênero	805
6.2. Conceito.....	806
6.3. Natureza jurídica	806
6.4. Finalidade.....	807
6.5. Cabimento.....	807
6.5.1. Inafiançabilidade por determinação constitucional.....	807
6.5.2. Inafiançabilidade conforme as regras do CPP	808
6.6. Quem pode postular	810
6.7. Quem pode arbitrar.....	810
6.7.1. A autoridade policial	810
6.7.2. O juiz	811
6.7.3. Fiança junto aos tribunais	812
6.8. Momento da concessão	813
6.9. Quem pode prestar fiança	813
6.10. Destinação da fiança.....	814
6.11. Obrigações do afiançado.....	814
6.12. Valor da fiança.....	814
6.13. Extinção da fiança.....	815
6.13.1. Fiança quebrada.....	815
6.13.1.1. Consequências do quebramento	817
6.13.2. Fiança perdida	818
6.13.3. Fiança cassada.....	818
6.13.4. Fiança sem efeito	819
6.14. Sentença no processo de conhecimento.....	819
6.14.1. Absolvição	819
6.14.2. Condenação.....	820
6.15. Fiança dispensada.....	820
6.16. Fiança reduzida e fiança aumentada	820
6.17. Fiança restaurada ou restabelecida	820
6.18. O Ministério Público e a fiança.....	820
6.19. Extinção da fiança libertadora e impossibilidade de retorno à prisão	821
6.19.1. Implicações da extinção.....	822

6.20. Reação defensiva	822
7. Liberdade Provisória sem Fiança	822
7.1. Liberdade provisória sem fiança como garantia constitucional.....	823
7.2. Conceito.....	824
7.3. Natureza jurídica	825
7.4. Quem pode postular	825
7.5. Quem pode conceder.....	825
7.6. Momento da concessão	826
7.7. Regulamentação do CPP.....	826
7.7.1. Art. 310 do CPP.....	826
7.7.1.1. Sobre o parágrafo único do art. 310 do CPP	828
7.7.2. Art. 321 do CPP.....	829
7.7.3. Art. 350 do CPP.....	830
7.8. A questão da vinculação da liberdade provisória sem fiança	831
7.8.1. A vinculação da liberdade provisória conforme o CPP.....	831
7.9. Decisão judicial sobre liberdade provisória sem fiança.....	833
7.9.1. A decisão que nega e seus fundamentos.....	833
7.9.2. A decisão que concede e seus fundamentos.....	835
7.10. Crimes hediondos e assemelhados	835
7.11. Tráfico de drogas.....	836
7.11.1. O art. 44 da Lei de Drogas.....	836
7.11.2. A vedação a fiança não exclui a possibilidade de liberdade provisória sem fiança	837
7.11.3. Declaração de inconstitucionalidade da vedação.....	837
7.12. Crimes contra a economia popular e de sonegação fiscal	838
7.13. Revogação da liberdade provisória sem fiança	838
8. Medidas Cautelares Restritivas Diversas da Prisão	839
8.1. Previsão legal.....	840
8.2. Conceito.....	841
8.3. Natureza jurídica	841
8.4. Pressuposto.....	841
8.5. Cabimento.....	841
8.6. Quem pode decretar.....	842
8.7. Decretação <i>ex officio</i>	843
8.8. Quem pode postular a decretação.....	843
8.9. Momento da decretação	844
8.10. Decretação.....	845
8.11. Substituição, revogação e nova decretação	846
8.11.1. Suspensão cautelar da medida.....	846
8.11.2. Ampla defesa e contraditório na revogação.....	846

8.11.3. Revogação de medida cautelar e decretação de prisão preventiva	847
8.12. Modalidades de medidas cautelares diversas da prisão.....	847
8.12.1. Comparecimento periódico em juízo	847
8.12.2. Proibição de frequentar determinados lugares	848
8.12.3. Proibição de contato com pessoa determinada.....	848
8.12.4. Proibição de ausentar-se da comarca.....	849
8.12.5. Recolhimento domiciliar	850
8.12.6. Suspensão do exercício de função pública ou de atividade de natureza econômica ou financeira.....	851
8.12.7. Internação provisória	853
8.12.8. Fiança	854
8.12.9. Monitoramento eletrônico.....	855
8.12.10. Proibição de ausentar-se do país	856
8.13. Fiscalização das medidas.....	857
8.14. Recurso contra a decisão que não acolhe pedido de decretação de medida cautelar	858
8.15. Reação defensiva contra a decretação	858
8.16. Prazo de duração e extinção da medida cautelar	858
8.17. Detração.....	859

CAPÍTULO 14

FATOS E ATOS PROCESSUAIS

1. Conceito.....	861
2. Tipos de Atos Processuais	862
3. Atos Praticados pelas Partes	862
4. Atos Jurisdicionais.....	863
5. Atos Praticados por Auxiliares da Justiça.....	865
5.1. Termos	865
6. Atos Praticados por Terceiros	866

CAPÍTULO 15

CITAÇÃO E INTIMAÇÃO

1. Introdução.....	867
2. Citação	867
2.1. Modalidades de citação.....	869
2.1.1. Citação pessoal.....	870
2.1.1.1. Citação por mandado.....	870
2.1.1.2. Citação por carta precatória	871
2.1.1.2.1. Carta precatória itinerante	873
2.1.1.3. Citação por carta rogatória	874

2.1.1.4.	Citação por carta de ordem.....	874
2.1.1.5.	Citação por requisição	875
2.1.1.6.	Citação do funcionário público.....	876
2.1.1.7.	Citação do réu preso	877
2.1.1.8.	Citação do incapaz	877
2.1.2.	Citação por edital	878
2.1.2.1.	Outras hipóteses em que cabível a citação por edital.....	880
2.1.2.2.	Requisitos formais do edital de citação.....	881
2.1.2.3.	Publicação do edital	883
2.1.3.	Citação por hora certa.....	884
2.1.4.	Efeitos da citação válida	886
2.1.5.	Revelia.....	887
2.1.5.1.	O art. 366 do CPP e seus desdobramentos	888
2.1.5.1.1.	Suspensão do processo em razão da revelia.....	888
2.1.5.1.1.1.	Requisitos para a suspensão do processo	889
2.1.5.1.1.2.	Recurso adequado contra a decisão que suspende, ou não, o curso do processo ...	889
2.1.5.1.2.	Suspensão do prazo prescricional.....	890
2.1.5.1.3.	Produção antecipada de provas.....	891
2.1.5.1.4.	Decretação da prisão preventiva.....	893
2.1.5.2.	Revelia nos termos do art. 367 do CPP.....	893
3.	Intimação	895
3.1.	Conceito.....	896
3.2.	Procedimento.....	897
3.3.	Intimação e requisição de réu preso para audiência	900
3.4.	Intimação por meio eletrônico	900

CAPÍTULO 16

SENTENÇA E COISA JULGADA

1.	Sentença.....	901
1.1.	Requisitos intrínsecos da sentença.....	903
1.2.	Princípio da correlação.....	907
1.3.	<i>Emendatio libelli</i>	909
1.4.	<i>Mutatio libelli</i>	912
1.4.1.	Desclassificação de crime doloso para culposos	916
1.5.	Sobre o art. 385 do CPP	917
1.6.	Sentença absolutória	918
1.7.	Sentença condenatória.....	923
1.8.	Sentença datilografada.....	927

38 CURSO DE PROCESSO PENAL

1.9. Publicação da sentença.....	928
1.10. Intimação da sentença.....	928
1.11. Embargos de declaração.....	930
1.12. Prisão resultante de sentença condenatória recorrível.....	930
2. Coisa Julgada.....	933
2.1. Conceito.....	933
2.2. Elementos.....	934
2.3. Fundamento.....	934
2.4. Limites subjetivos e objetivos da coisa julgada.....	934
2.5. Coisa julgada material, coisa julgada formal e preclusão.....	935
2.6. Coisa julgada e coisa soberanamente julgada.....	936
2.7. Exceção de coisa julgada.....	936

CAPÍTULO 17

PROCEDIMENTOS

1. Introdução.....	937
2. Processo e Procedimento.....	937
3. Princípios Incidentes.....	938
4. Procedimento Comum e Procedimento Especial.....	941
4.1. Procedimento comum.....	943
4.1.1. Procedimento ordinário.....	943
4.1.1.1. Rejeição da denúncia ou queixa.....	943
4.1.1.1.1. Inépcia manifesta.....	944
4.1.1.1.2. Falta de condição da ação ou de pressuposto processual.....	945
4.1.1.1.2.1. Pressupostos e exceções processuais.....	947
4.1.1.1.3. Justa causa.....	947
4.1.1.1.4. Recurso contra a decisão de rejeição.....	950
4.1.1.2. Suspensão condicional do processo.....	950
4.1.1.3. Recebimento da denúncia ou queixa.....	953
4.1.1.3.1. Desclassificação da conduta por ocasião do despacho de recebimento.....	956
4.1.1.4. Citação e resposta escrita.....	958
4.1.1.5. Absolvição sumária.....	959
4.1.1.6. Audiência de instrução e julgamento.....	963
4.1.2. Procedimento sumário.....	968
4.1.3. Procedimento sumaríssimo: Juizados Especiais Criminais.....	970
4.2. Procedimentos especiais.....	976
4.2.1. Procedimento previsto para os crimes de responsabilidade praticados por funcionário público.....	976

4.2.2. Procedimento previsto para os crimes contra a honra.....	982
4.2.2.1. Exceção da verdade.....	986
4.2.2.1.1. Exceção da verdade oposta em relação a quem goza de foro privilegiado.....	988
4.2.3. Procedimento previsto para os crimes contra a propriedade imaterial ...	989
4.2.3.1. Destinação dos bens apreendidos.....	994
4.2.4. Procedimento para restauração de autos extraviados ou destruídos.....	994
4.2.4.1. Restauração de autos de execução extraviados ou destruídos ...	997

CAPÍTULO 18

PROCEDIMENTO RELATIVO AOS PROCESSOS DE COMPETÊNCIA DO TRIBUNAL DO JÚRI

1. Fundamentação Constitucional.....	999
2. Competência.....	1000
3. Plenitude de Defesa.....	1001
4. Da Acusação e da Instrução Preliminar.....	1003
4.1. Da absolvição sumária, da desclassificação, da impronúncia e da pronúncia ...	1006
4.1.1. Absolvição sumária.....	1006
4.1.2. Desclassificação	1010
4.1.3. Impronúncia.....	1012
4.1.4. Pronúncia.....	1013
4.1.4.1. Fundamentação da decisão de pronúncia	1014
4.1.4.2. Decretação de prisão preventiva.....	1018
4.1.4.3. Intimação da decisão de pronúncia.....	1019
4.1.4.4. Alteração da pronúncia em razão de circunstância superveniente	1020
4.1.4.5. Despronúncia.....	1020
4.2. Da preparação do processo para julgamento em plenário	1021
4.3. Desaforamento	1022
4.4. Organização da pauta e designação do julgamento	1026
4.5. Dos jurados	1027
4.5.1. Alistamento	1027
4.5.2. Sorteio e convocação	1031
4.5.3. Exercício da função de jurado e modalidades de recusas previstas	1032
4.5.3.1. Prisão especial para quem tenha exercido função de jurado	1035
5. Composição do Tribunal do Júri e Julgamento em Plenário	1035
5.1. Verificações e providências iniciais.....	1036
5.2. Formação do Conselho de Sentença.....	1041
5.3. Instrução em plenário	1045
5.4. Debates	1050

40 CURSO DE PROCESSO PENAL

5.4.1. Aparte.....	1056
5.5. Quesitos.....	1057
5.5.1. Formulação.....	1057
5.5.2. Votação.....	1058
5.5.2.1. Ordem de votação.....	1062
5.6. Sentença.....	1064
5.7. Ata dos trabalhos.....	1067

CAPÍTULO 19

NULIDADES

1. Introdução.....	1069
2. Conceito.....	1070
3. Nulidade Absoluta e Nulidade Relativa.....	1070
4. Princípios Incidentes.....	1073
4.1. <i>Pas de nullité sans grief</i>	1073
4.2. Instrumentalidade das formas.....	1076
4.3. <i>Netio auditur propriam turpitudines allegans</i>	1077
4.4. Não se declara nulidade cujo reconhecimento só interessa à parte contrária.....	1078
4.5. Não se declara nulidade de ato irrelevante.....	1079
4.6. Princípio da causalidade.....	1079
4.7. Princípio da convalidação.....	1080
5. Nulidades Absolutas e Relativas: Hipóteses Previstas.....	1083
5.1. Advertências necessárias.....	1083
5.2. Hipóteses de nulidade absoluta.....	1083
5.2.1. Considerações destacadas.....	1086
5.2.1.1. Incompetência do juízo.....	1086
5.2.1.2. Ilegitimidade do representante da parte.....	1087
5.2.1.3. Omissões da denúncia ou queixa.....	1088
5.3. Hipóteses de nulidade relativa.....	1088
6. Momento Oportuno para Arguição de Nulidade.....	1089
6.1. Súmula 160 do Supremo Tribunal Federal.....	1091
7. Atos Irregulares e Atos Inexistentes.....	1091
8. Nulidade em Inquérito Policial.....	1094

CAPÍTULO 20

RECURSOS

1. Sobre o Inconformismo.....	1097
2. Fundamento Constitucional.....	1099
3. Conceito e Natureza Jurídica.....	1100
4. Generalidades.....	1101
5. Princípios.....	1101

5.1. Duplo grau de jurisdição	1101
5.2. Taxatividade.....	1102
5.3. Unirrecorribilidade.....	1103
5.4. Fungibilidade.....	1103
5.5. Dialeiticidade.....	1104
5.6. <i>Non reformatio in pejus</i>	1105
5.7. <i>Reformatio in melius</i>	1107
5.8. Voluntariedade.....	1107
5.9. Disponibilidade.....	1108
6. Pressupostos.....	1110
7. Interposição e Processamento na Origem.....	1112
8. Efeitos	1114
9. Efeito Extensivo.....	1115
10. Deserção.....	1117
11. Recurso <i>Ex Officio</i>	1117
12. Dos Recursos em Espécie	1119
12.1. Recurso em sentido estrito	1119
12.1.1. Cabimento	1119
12.1.1.1. Hipóteses de cabimento listadas no CPP.....	1121
12.1.2. Prazos.....	1127
12.1.3. Efeitos.....	1128
12.1.4. Interposição e processamento.....	1129
12.1.5. Endereçamento	1131
12.2. Apelação.....	1132
12.2.1. Legitimidade	1132
12.2.2. Cabimento	1134
12.2.3. Prazos de interposição.....	1138
12.2.4. Efeitos.....	1139
12.2.5. Processamento	1140
12.2.5.1. Juizados Especiais Criminais.....	1144
12.3. Correição parcial.....	1145
12.3.1. Processamento	1146
12.4. Embargos de declaração	1148
12.4.1. Prazos.....	1150
12.4.2. Efeitos.....	1151
12.4.3. Interposição e processamento.....	1151
12.4.4. Interrupção do prazo para outros recursos	1152
12.4.5. Prequestionamento por meio de embargos.....	1153
12.5. Embargos infringentes e embargos de nulidade.....	1154
12.5.1. Prazo, endereçamento e efeitos	1156

42 CURSO DE PROCESSO PENAL

12.5.2. Processamento	1156
12.6. Embargos de divergência.....	1157
12.6.1. Regras dispostas no CPC/2015	1159
12.7. Carta testemunhável	1160
12.7.1. Legitimação	1160
12.7.2. Prazo.....	1160
12.7.3. Efeitos.....	1160
12.7.4. Processamento	1161
12.8. Recursos especial e extraordinário	1163
12.8.1. Recurso especial.....	1163
12.8.1.1. Cabimento	1164
12.8.1.2. Requisitos	1166
12.8.1.3. Prazo e endereçamento	1167
12.8.1.4. Efeito.....	1168
12.8.1.5. Interposição e processamento	1168
12.8.2. Recurso extraordinário	1168
12.8.2.1. Requisitos	1171
12.8.2.2. Prazo e endereçamento	1174
12.8.2.3. Efeito.....	1174
12.8.2.4. Interposição e processamento dos recursos especial e extraordinário	1174
12.9. Reclamação	1177
12.9.1. Processamento	1178
12.10. Recurso ordinário constitucional.....	1179
12.10.1. Prazos.....	1180
12.10.2. Processamento.....	1180
12.10.3. <i>Habeas corpus</i> como substitutivo do recurso ordinário constitucional ...	1181
12.11. Agravo em Recurso Especial e em Recurso Extraordinário	1182
12.11.1. Esclarecimentos iniciais.....	1182
12.11.2. Agravo em Recurso Especial e em Recurso Extraordinário.....	1182
12.11.2.1. Prazo	1183
12.11.2.2. Processamento	1183
12.12. Agravo regimental	1184
12.12.1. Prazo	1185
12.12.2. Processamento.....	1187
12.13. Agravo em execução	1188
12.13.1. Prazo e processamento.....	1188

CAPÍTULO 21
REVISÃO CRIMINAL

1. Introdução.....	1191
--------------------	------

2. Conceito.....	1192
3. Prazo.....	1193
4. Efeitos.....	1193
5. Legitimação.....	1193
6. Cabimento.....	1195
6.1. Revisão de condenação imposta pelo Tribunal do Júri.....	1200
6.2. Revisão nos Juizados Especiais Criminais.....	1201
6.3. Revisão em sede de execução penal.....	1201
7. Competência para o Processo e Julgamento.....	1202
8. Procedimento.....	1203
9. Indenização por Erro Judiciário.....	1204

CAPÍTULO 22

HABEAS CORPUS

1. Introdução.....	1207
2. Natureza Jurídica.....	1208
3. Conceito.....	1209
4. Modalidades.....	1209
5. Cognição Limitada.....	1210
6. Cabimento.....	1211
6.1. Outras situações não listadas.....	1222
7. <i>Habeas Corpus</i> como Substitutivo de Recurso Adequado.....	1223
8. Restrições Constitucionais.....	1223
9. Legitimidade Ativa e Passiva.....	1224
9.1. Legitimidade ativa.....	1224
9.1.1. Pessoa jurídica como paciente.....	1225
9.1.2. Desnecessidade de advogado.....	1226
9.2. Legitimidade passiva.....	1227
10. Competência Jurisdicional.....	1228
10.1. Decisão proferida por turma recursal de Juizado Especial Criminal.....	1230
11. <i>Habeas Corpus</i> Sucessivos.....	1231
12. Petição Inicial da Ação.....	1233
13. Processamento.....	1235
13.1. No primeiro grau de jurisdição.....	1235
13.2. No segundo grau de jurisdição.....	1237

CAPÍTULO 23

REABILITAÇÃO

1. Introdução.....	1239
2. Alcance.....	1239

44 CURSO DE PROCESSO PENAL

3. Requisitos.....	1240
4. Juízo Competente.....	1240
5. Procedimento	1241
6. Recurso.....	1241
7. Revogação da Reabilitação	1242
8. Direito ao Esquecimento. Extinção da Pena e Anotações sobre a Vida Pretérita.....	1242
9. O art. 202 da LEP e a Reabilitação	1243

CAPÍTULO 24
RELAÇÕES JURISDICIONAIS COM
AUTORIDADES ESTRANGEIRAS

1. Introdução.....	1245
2. Disposições Gerais.....	1245
3. Cartas Rogatórias.....	1246
4. Homologação de Sentença Estrangeira.....	1252

CAPÍTULO 25
DISPOSIÇÕES GERAIS

1. Audiências e Sessões.....	1257
2. Publicidade dos Atos Processuais	1258
3. Comportamento perante o Juiz	1260
4. Polícia das Audiências	1260
5. Prática de Atos Processuais.....	1261
6. Prazos	1262
6.1. Classificação dos prazos	1265
7. Retirada de Autos do Cartório.....	1266
8. Custas Processuais.....	1267
9. Estatísticas Criminais.....	1269
<i>Referências</i>	1271